



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639329 - SC (2021/0006669-6)

**RELATOR** : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
DANIEL DEGGAU BASTOS - SC030139  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : GILSON PEREIRA DOS SANTOS  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de GILSON PEREIRA DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 0004147-68.2017.8.24.0054/SC).

O paciente foi condenado à pena de 7 meses de detenção em regime inicialmente semiaberto, pela prática do crime previsto no art. 306, § 1º, I, do CTB.

A impetrante sustenta a ocorrência de flagrante ilegalidade na dosimetria da pena, ao argumento de que a circunstância judicial relativa à culpabilidade foi valorada negativamente com fundamento em elemento inerente ao tipo penal.

Defende ainda a aplicação da atenuante prevista no art. 66 do CP, em virtude da submissão voluntária do paciente ao teste de alcoolemia.

Requer, liminarmente, a suspensão dos efeitos da condenação até julgamento final do *writ*. No mérito, pede seja decotada a valoração negativa da culpabilidade e reconhecida a atenuante inominada na dosimetria da pena.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Deve-se, pois, reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em

hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente